

Constituintes fazem propostas para educação no país

Da Reportagem Local
 e das Sucursais

Todos são favoráveis ao ensino público e gratuito para o 1º e 2º graus, defendem a aplicação de um percentual mínimo de 13% do orçamento da União na Educação e de 25% dos orçamentos estaduais e municipais, como prega a emenda Calmon. Em sua maioria defendem uma avaliação da universidade, mas divergem sobre a maneira como ela deve ser feita. E têm dúvidas sobre o método mais democrático de seleção de estudantes para o ensino superior. Estas são as opiniões de sete deputados e senadores eleitos para o Congresso constituinte e que, durante suas campanhas, se identificaram de uma forma ou outra com o problema da educação no país.

A preocupação do senador João Calmon (PMDB-ES), autor da emenda que leva o seu nome, é derrubar na Constituinte o "lobby" que pretende destruir a garantia de aplicação de 13% do orçamento da União para a Educação. Esta preocupação decorre da emenda constitucional apresentada no final da última legislatura pelo deputado Caio Pompeu de Toledo (PMDB-SP), que libera da obrigação de aplicar os percentuais fixados para a educação "nos municípios que comprovarem perante o Conselho Federal de Educação (CFE) que já dispõem de infra-estrutura suficiente nesta área".

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 55, defende uma

reforma da emenda Calmon: "Sou favorável a um percentual mínimo, mas também acredito em uma 'válvula de escape' para os municípios cujas necessidades de educação sejam supridas com menos do que os 25% destinados à área". O deputado Florestan Fernandes (PT-SP), 66, afirma que, além do ensino público e gratuito, "é preciso que sejam criados, também, mecanismos que ofereçam aos estudantes os recursos apropriados para que eles possam frequentar os cursos".

Vestibular

Gumerindo Milhomen Neto (PT-SP), 37, presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeesp), defende uma alternativa mais democrática de acesso ao ensino superior do que o vestibular. Por sua vez, Hermes Zanetti (PMDB-RS), 43, diz que vai defender no Congresso constituinte um sistema de ensino integrado. Já Fábio Raunhetti (PTB-RJ), 57, compartilha com Sólton Borges dos Reis (PTB-SP), 69, presidente do Centro do Professorado Paulista, a idéia de que o vestibular terá que existir por muito tempo.

Subsídios públicos a escolas particulares é uma proposta polêmica entre os constituintes. Fábio Raunhetti acha que o governo deveria comprar as vagas do ensino privado, através de bolsas. Mas, Florestan Fernandes, por exemplo, é contrário a qualquer subsídio.

	Gumerindo Milhomen Neto, 37, deputado federal pelo PT-SP, presidente da Apeesp	Sólton Borges dos Reis, 69, deputado federal pelo PTB-SP, presidente do CPP (Centro do Professorado Paulista)	Fernando Henrique Cardoso, 55, senador pelo PMDB-SP, professor universitário	Florestan Fernandes, 66, deputado federal pelo PT-SP, professor universitário	Hermes Zanetti, 43, deputado federal pelo PMDB-RS, ex-presidente da Confederação de Professores do Brasil	Fábio Raunhetti, 57, deputado federal pelo PTB-RJ, proprietário das Faculdades Nova Iguaçu	João Calmon, 70, senador pelo PMDB-ES
Avaliação do ensino	Necessária	MEC não deve interferir no processo de avaliação	A favor	E a favor de uma avaliação autônoma, feita inter-pares	Necessária	Deve haver um sistema variável de avaliação	Não respondeu
Vestibular	E contra	E favorável	E favorável	O recrutamento deveria ficar a cargo dos prováveis professores	E contra. O sistema de ensino deve ser pensado como um todo	Favorável	Já está estabelecido na Constituição — mas não é aplicado
Ensino gratuito	Sim	Sim	Sim	Sim (deve haver também mecanismos que ofereçam ao estudante os recursos apropriados para que ele possa frequentar os cursos)	Sim	No primeiro e segundo grau, sim	A favor (com nota mínima)
Subsídios às escolas particulares	Não	Sim	O ensino particular tem que complementar o ensino público	E contra	Verbas devem ser destinadas ao ensino público	A favor	As escolas particulares de "alto nível" podem receber subsídios do governo
Reserva de 50% das vagas dos cursos superiores a alunos carentes	Uma das alternativas para democratizar o vestibular	Matéria a ser discutida	Não é o caminho	Acha a proposta utópica	Não respondeu	Contra	Concorda, desde que sejam mantidos os mesmos critérios de avaliação e seleção dos alunos
Porcentagem de verbas do Estado para a educação	No mínimo, 13% das verbas federais e 25% das estaduais e municipais	Percentual de 13% das federais e 25% das municipais e estaduais deve ser mantido	Emenda Calmon tem que ser reescrita	As porcentagens devem ser maiores do que prevê a emenda Calmon	Porcentual fixado pela emenda Calmon	20%	Porcentual pode ser ampliado